

ASPECTOS SOCIAIS DA LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO: A ORALIDADE E A ESCRITA

Catarina de Sena Costa ()*

A oralidade é considerada caráter marcante da língua desde que esta foi construída como objeto científico por Ferdinand de Saussure, fundador da lingüística Moderna. A língua, objeto da lingüística, foi caracterizada por Saussure como se constituindo de signos verbais sonoros (Cf. Saussure, 1975), portanto, um objeto de natureza oral. Mas mesmo que se tenha já demonstrado amplamente ser a oralidade a manifestação lingüística por excelência, este aspecto da língua ainda não tem merecido por parte da ciência e dos cientistas a consideração especial que realmente merece e reclama.

Neste texto, faremos uma breve apresentação dos estudos lingüísticos conforme diversas perspectivas teóricas e metodológicas, tentando demonstrar a importância de muitos tipos de investigação para a compreensão da língua no seu aspecto da oralidade. Discutiremos ainda alguns estudos relacionados com o aspecto escrito da língua, também um importante e valorizado instrumento de comunicação, de interação social e de conhecimento do mundo.

Como conclusão tentaremos apresentar algumas considerações acerca dessas manifestações lingüísticas na perspectiva da Educação, discutindo suas relações como atividades sumamente sociais cuja significação depende do valor que lhes é conferido pelo grupo que as utiliza ou das atitudes daqueles grupos que para fazerem prevalecer suas crenças, valores e expectativas agem à revelia do mundo dos falantes reais, de suas condições sociais, manipulando essas crenças, valores e expectativas, a despeito da falta de justificação científica ou técnica para assim procederem, numa verdadeira demonstração daquilo

(*) Professora Visitante do Curso de Mestrado em Educação - UFPI

Rev. do Mest. em Educ.	Teresina	v.1 nº1	pp. 47-68	1996
------------------------	----------	---------	-----------	------

que Bourdieu denomina de violência simbólica. (Cf. Bourdieu 1989)

A oralidade lingüística no âmbito dos estudos lingüísticos

A língua é para Saussure

o produto social depositado no cérebro de cada um,..." [muito embora] "...geralmente, nós a conhecemos somente através da escrita. (Saussure, 1975:33).

Para entender ou explicar essa propriedade fundamental da língua, Saussure precisou contrapor a língua falada à escrita, manifestação da língua mais prestigiada, fato que dissimula o conhecimento da tradição oral, como independente da escrita. A esse respeito argumenta Lyons mostrando a prioridade da língua falada sobre a escrita por ser a fala anterior e mais difundida que a escrita.

Não sabemos de nenhum sistema de escrita que remonte a mais de seis ou sete mil anos. Por outro lado, não há grupo humano conhecido, que exista ou tenha existido, sem a capacidade da fala; e muitas centenas de línguas nunca tinham sido associadas a um sistema de escrita até serem transcritas por missionários ou lingüistas em nossos dias. Portanto parece razoável supor que a fala remonta às origens da sociedade humana. (Lyons, 1979:39)

Além disso, os sistemas de escritas quaisquer que sejam se baseiam em unidades da língua falada, a saber, sons, sílabas e palavras com base nas quais, respectivamente, resultaram os sistemas de escrita alfabéticos, silábicos e ideográficos.(Cf. Lyons, 1979)

Embora os primeiros estudos acerca da língua tenham se baseado nos aspectos que lhe são mais materiais, mais perceptíveis sensorialmente, o seu caráter sonoro, físico, articulatorio, não são no entanto considerados os mais básicos e fundamentais da língua. A escolha dessa base material em que se fundaram os primeiros estudos

lingüísticos se deu a partir da referência aos estudos científicos das Ciências da Natureza que, por sua especificidade, possuem um objeto material, sensível, sendo, portanto o som, o aspecto da língua correspondente a essa materialidade.

Mesmo considerando esse aspecto, poucos lingüistas separavam o som propriamente da letra. Bopp, um dos principais representantes dos estudos denominados de "Gramática Comparada", em 1816, firmava uma concepção de estudo das línguas que tinha como pressuposto básico a existência de relações entre línguas afins. Foi inclusive o primeiro a admitir que tais relações podiam tornar-se matéria de uma ciência autônoma, contudo nas suas considerações metodológicas não fazia diferença entre a letra e o som. Conforme referência a esse lingüista no Curso de lingüística Geral, Saussure declara que

...lendo-o, acreditar-se-ia que a língua fosse inseparável do seu alfabeto (Saussure, 1975:35).

Além disso, uma atitude dominante em uma época que antecede à lingüística Moderna, onde se valorizava a forma escrita em detrimento da forma oral da língua, a Gramática Tradicional, por exemplo,

...se inclinava a pensar que a língua falada é inferior ao padrão da língua escrita e, em certo sentido, dele dependente" (Lyons, 1979:39)

Saussure ao realizar estudos dos sons das línguas, percebe que as unidades sonoras não poderiam ser consideradas do mesmo modo como se consideravam os objetos das Ciências Naturais. Estes, independentemente do pesquisador, da sua visão de mundo e de ciência, teriam sua natureza inalterável, ao contrário do que ocorre com os aspectos sonoros da língua. Foi com essa visão que Saussure ao investigar o sistema vocálico do indo-europeu verificou que os "a" do sistema vocálico diferiam, sendo que um deles diferia dos seus congêneres. Por seu comportamento, esse "a" não era nem "e" nem "o", podendo desempenhar um duplo papel, tanto de vogal quanto de

consoante, sendo, portanto, um som sonântico, nasal ou líquido. (Cf. Lyons, 1979). Concluiu então que

... diferentes "a" do indo-europeu são objetos tão importantes quanto as partículas fundamentais em física nuclear (Benveniste, 1988:38).

A importância dessas observações de Saussure não está somente no fato da percepção de diferenças sonoras das unidades lingüísticas até então consideradas, mas das diferentes funções de significado lingüístico inferidos a partir dessas unidades. Contudo, mais importante foi perceber essas funções diferenciadas em unidades com propriedades sonoras muito semelhantes, as quais lhe conferem status e propriedades lingüísticas diferentes. Nesses estudos, Saussure não se refere a esse som como uma unidade puramente física ou uma simples articulação sonora, mas como um fonema. Estava-se, pois, diante de uma unidade algébrica, um termo do sistema. Em 1927, encontrou-se no hitita, uma língua indo-européia falada por antigos habitantes da Síria, aquele fonema, ou unidade lingüística distintiva que Saussure havia definido a partir de um "a" indo-europeu, cinquenta anos atrás como fonema sonântico indo-europeu.

Evidentemente que as constatações de Saussure basearam-se principalmente em evidências funcionais desses sons, além, é claro, do conhecimento das propriedades articulatórias, sonoras dos mesmos. Essas constatações são a base dos seus estudos realizados posteriormente, de suas idéias divulgadas mais tarde no Curso de Lingüística Geral. Idéias que evidentemente significam um grande avanço científico, para muitos uma ruptura científica à qual corresponde um avanço político ao contrapor uma estrutura universal ao etnocentrismo ocidental. Para isto parece ter sido decisivo o princípio epistemológico tão claramente colocado por ele no sentido da construção do objeto através de um processo que se constitui em um dentre os demais:

Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista.

diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras.” (Saussure, 1975:15)

É essa postura científica de construção do objeto e de ruptura da ciência com seu passado ideológico, onde se destaca nesse aspecto o etnocentrismo, que será consagrada a partir de 1923, sete anos após a publicação do Curso de Lingüística Geral, por Gaston Bachelard, no seu Novo Espírito Científico. (cf. Bachelard, 1968; Althusser, 1979).

São essas idéias acerca da oralidade do signo lingüístico que predominam até início da segunda metade deste século. Não resta dúvida que ao privilegiar a fala, fato universal, e não mais a escrita, atividade lingüística restrita a certos grupos sociais e até mesmo a apenas alguns indivíduos em uma dada sociedade, a lingüística enquanto ciência amplia seu objeto de estudo no sentido mais inclusivo abarcando toda a humanidade, reconhecendo nos seres humanos iguais condições psicoculturais. É nossa convicção também que a estruturalidade, ao mesmo tempo em que libertou o homem do etnocentrismo, mesmo do etnocentrismo lingüístico, descobrindo-se universalidades, também os distinguem e especificam relativamente a identidades étnicas, sociais e culturais, também em termos estruturais.

Assim, se a natureza oral do objeto lingüístico tão bem demonstrada pelos lingüistas desde Saussure não consegue impor-se pelo caráter limitador dos fundamentos teórico-metodológicos e em certa medida ideológicos que o definiu, foi preciso uma contraposição, “um ponto de vista” adicional a esses pressupostos para garantir-lhes maior poder explicativo e de compreensibilidade dos fatos, no caso, fatos sociais mais do que meramente lingüísticos, aos quais se dirigem, sem contudo anular os avanços científicos e até políticos obtidos. Não se trata de uma ruptura radical no sentido de Bachelard, mas de uma ruptura interna, corretiva, no sentido de Bourdieu (cf. Bourdieu, 1975).

Dessa forma, os aspectos invariantes, uniformes, homogêneos, porque são universais e submetidos à estrutura monótona imutável, são substituídos por variações, heterogeneidades, porque são

contextualizados e situados, sem contudo se eliminar a possibilidade ou condições de universalidade que são substituídas por processos, contextos, situações concretamente vivenciadas por sujeitos concretos, existentes, ativos, pensantes, falantes. A oralidade não se restringe à sonoridade, mas se reveste de significações que estão para além da fisicalidade do som. Daí por que o sentido da oralidade só será obtido na efetividade concreta da fala em ato.

Uma consequência imediata dessas novas considerações relaciona-se com caracteres universais. Estes caracteres não podem ser extraídos pelo sujeito por intermédio de um processo de abstração comparado a de um corpus gravado como pregavam tanto a chamada Linguística Estrutural quanto a Gramática Gerativa Transformacional.

Essa inversão ou substituição de aspectos teórico-metodológicos ocorre por força da própria realidade cujo conhecimento se faz através da língua e da qual conseqüentemente resulta. É patente a dificuldade inicial de considerar tais dados na sua complexidade, razão da convergência de esforços no que resultou o surgimento das chamadas disciplinas interdisciplinares como a Psicolinguística, Sociolinguística, dentre outras.

No caso da Gramática Gerativa Transformacional isso é particularmente observado em relação a aquisição da fala pela criança. Para o lingüista reconstruir a competência lingüística a partir da performance, investigando indivíduos adultos, ele tem que recorrer à sua própria intuição e à comparação sistemática de enunciados aceitáveis e não aceitáveis, procedimento bastante dificultado no caso de crianças em face do estágio de desenvolvimento do seu falar. Assim surge a Psicolinguística, tendo sido criada “intencionalmente” por lingüistas e psicólogos num determinado cenário histórico-geográfico. Para tanto, inclusive, “redigiram sua certidão de nascimento” e fizeram ainda uma relação dos vários problemas que a nova disciplina deveria tratar (Cf. Peterfalvi, 1973)

De um modo geral, e em princípio, esta disciplina estuda a relação entre o comportamento lingüístico e os processos psicológicos subjacentes a esse comportamento. Evidentemente que desse estudo surgem várias abordagens, segundo a perspectiva teórico-metodológica

do pesquisador (estruturalista, cognitivista, gerativista, etc.) e até de seu interesse pessoal quer como lingüista, quer como psicólogo.

Dentre as várias tarefas científicas ou temas de investigação, a aquisição da linguagem se afigurou como a mais produtiva, além de outros estudos como os dos processos gerais de comunicação, da relação entre universais cognitivos e lingüísticos, estudo dos aspectos psicológicos intervenientes na leitura, na escrita e mais recentemente estudos de consciência metalingüística, nos diversos níveis lingüísticos.

A Sociolingüística é a área da lingüística que tem como pressuposto básico as relações entre língua e sociedade. A lingüística estruturalista postulava a existência real de fenômenos tais como comunidade lingüística homogênea, falante-ouvinte ideal, constructos teóricos que não explicavam o caráter social da língua apesar de esta já ter sido definida por Saussure, no começo do século, como um fato social. Nessa perspectiva, qualquer aspecto externo à estrutura lingüística ou qualquer fato que comprometesse o caráter determinante dessa estrutura era considerado um desvio, uma variação do sistema, aspectos, portanto, não importantes em relação à estrutura.

A Sociolingüística, então, questiona esses postulados a partir de constatações das relações sistemáticas entre língua e sociedade, propondo, por conseguinte, o estudo dessa relação no contexto social de relações efetivas. Dentre as tarefas ou temas de estudo colocados destacam-se estudos dialetais, de bilingüismo, de multilingüismo, de diglossia, estudos de variação lingüística, de atitude lingüística, de língua padrão, de identidade lingüística, de competência comunicativa, de eventos comunicativos, de eventos de escrita, de interação verbal, de usos e valores da fala e da escrita, dentre outros.

Se, porém, o objeto da lingüística considerado na sua oralidade impulsiona o desenvolvimento dos estudos dessa Ciência, tais estudos não são suficientes para realçar a fala enquanto principal manifestação lingüística do homem, e assim reconhecer o seu valor, permitindo a persistência, ao nível ideológico no seio da ciência, de preconceitos relativamente à diversidade dos falares. Tais dificuldades são uma decorrência da própria perspectiva estrutural, que por desconsiderar os aspectos psico e sócio culturais da língua e da fala não permitem

reconhecer essa diversidade nem mesmo como uma possibilidade estrutural, uma ocorrência porventura estruturalmente prevista. Os resultados de suas investigações não promovem nenhuma melhor explicação ou entendimento dos usos sociais da língua, como, por exemplo, a formação de atitudes e de valores em relação aos falares.

Em relação aos problemas educacionais, a contribuição pedagógica da Sociolingüística tem sido bastante positiva, em especial na demolição de preconceitos há muito estabelecidos e que formam atitudes tanto valorativas quanto depreciativas em pesquisadores, educadores e nas pessoas comuns, tais como aqueles relacionados à variedade padrão, norma culta, "erro" lingüístico, dentre outros.

Na verdade são os próprios postulados teórico-metodológicos da Sociolingüística que possibilitam essas contribuições na medida em que a língua é, então, concebida como compreendendo um conjunto de variedades, onde cada uma delas se bastam a si mesmas pois atendem a todas as necessidades comunicativas de seus falantes. Por esta razão não existe, nesta perspectiva, língua superior, nem inferior, apenas diferenças lingüísticas, que correspondem a diferenças sociais relativas aos diversos grupos humanos e suas especificidades socioculturais. O caráter universal dessa perspectiva tem respaldo na própria natureza diversificada, complexidade tanto da língua quanto dos grupos ou categorias sociais e, em última instância, do fato social em si. Tais pressupostos, entretanto, não resultam de formulações racionalistas, de construção de modelos imaginários ou de impressões sensoriais da empiria, mas da observação da realidade efetiva cujo sentido e compreensão do sentido, mesmo que partindo da realidade concreta, está para além do empiricamente observado, à semelhança do sentido da sonoridade da fala, que extrapola a fisicalidade do som.

Com respeito à oralidade lingüística ou à língua falada ou especificamente à fala, ao discurso, essa disciplina tem realizado importantes investigações sobre seus usos sociais cujas perspectivas vão desde o estudo da simples correlação desses usos com aspectos sociais, numa demonstração da sua relação com estes aspectos, da relação de causa e efeito entre fatos e até explicações mais profundas de ordem estrutural, do dinamismo dialética entre tais aspectos.

Vale ressaltar que do ponto de vista metodológico esses estudos têm sempre se baseado em dados concretos, efetivos de língua como ponto de partida para o entendimento e explicação dos fatos e as conseqüentes elaborações teóricas. Contudo, essa base empírica, como já apontamos, se é o ponto de partida, não constitui o ponto de chegada, não residindo aí o critério de validade nem de verificabilidade das conclusões desses estudos. Isso porque a natureza relacional do objeto da Sociolingüística tem a ver com a sistematicidade das significações subjacentes aos dados empiricamente observáveis os quais são apenas o lado, nem sempre mais importante, do fato social propriamente dito. São esses "pontos de vista", para usar a expressão de Saussure, que têm permitido revelar os aspectos socioculturais mais importantes de uma sociedade ou grupo social, ressaltando a língua como componente essencial.

O que se tem demonstrado, então, é que o aparente caos lingüístico encontra sua sistematicidade em relação aos outros fatos sociais, revelando a complexidade da estrutura social, a diversidade das inter-relações aí efetivadas e permitindo melhor e mais segura a compreensão do fenômeno humano em geral e da cultura em especial. Desta forma a língua, em especial no seu aspecto oral, se impõe muito apropriadamente como fato social total, no sentido de Mauss. (cf. Mauss, 1974). No entanto, tal consideração não confere à língua nenhuma predominância ou prevalência especial em face aos demais fatos sociais, mas apenas a afirma como um deles e como os demais submetida a esquemas culturais de valoração social.

A constatação da natureza multivariável da língua, sobretudo no seu aspecto oral, é obtida através de estudos que levam em conta a efetividade da fala, socialmente situada e concretamente realizada por seus usuários. Assim também se constata que a fala, independente do estilo, relaciona e permeia todas as relações sociais e está presente em todos os demais aspectos socioculturais dos falantes e dos grupos a que pertencem e de forma tão imbricada que dificilmente um outro fato social teria tal poder de entranhamento.

Essa eficácia da língua falada ocorre dado o seu caráter simbólico, por excelência e, em conseqüência, pela ausência de controle

consciente de seus próprios falantes sobre ela. Essa característica fundamental impossibilita seu controle total por parte dos falantes, até mesmo por limitações neurofisiológicas. A sua percepção sonora, por exemplo, se dá através do seccionamento quase arbitrário de um contínuum físico em unidades discretas, a exemplo do que ocorre com a percepção de cores, conforme discutido em Costa (1985) em que uma determinada cor é uma unidade discreta seccionada pelo cérebro em algum ponto quase arbitrário entre o infravermelho e o ultravioleta. As escolhas só não são arbitrárias propriamente porque a cultura fornece indicações inconscientes, mas não aleatórias, da pertinência sociocultural de tais seccionamentos. Essa falta de controle, por sua vez, pode levar, como de fato tem levado, a situações desastrosas em sociedades socialmente hierarquizadas em que o controle social de grupos sociais por outros constitui um importante fator de definição do que se pretende que venha a ser reproduzido como desejável ou valorizado pela sociedade como um todo.

É nesse sentido que a Sociolinguística enquanto um corpo teórico em construção preconiza a possibilidade do conhecimento da língua a partir de seus usos efetivos, levando à sua sistematização permitindo a compreensão do seu sentido e funções desses diversos usos linguísticos, como parte constitutiva dos processos sociais de que fazem parte e da cultura em que se inserem seus falantes.

Em consequência da natureza do objeto que prioritariamente investiga, a língua falada, da forma como o investiga nas relações sociais efetivas, nos processos interativos reais, de forma despreconceituosa enquanto um fenômeno universal, de todos os homens, todos os grupos sociais, é que os estudos Sociolinguísticos, seja buscando a compreensão desse fenômeno na sua complexidade, seja buscando explicações para suas diferentes manifestações cada vez mais se aproximam e se imiscuem com a área de estudos em Educação sobretudo por investigar o seu principal objeto - o homem - naquilo que lhe é mais fundamental - a linguagem - na sua manifestação mais característica - a fala, a oralidade.

A escrita

A invenção da escrita surgiu, por um lado para suprir necessidades de registro e armazenamento de informações e por outro lado, como meio de superar barreiras temporais e espaciais limitadores do alcance do processo comunicativo.

Como nos coloca Dietzsch (1989) foram as próprias necessidades rotineiras que determinaram os primeiros atos de escrita. Daí seu desenvolvimento seguindo o desenvolvimento da própria vida humana. Inicialmente, surgiram os recursos de registros, segundo as necessidades comunicativas de cada cultura, considerados como estágios embrionários da escrita. (Dietzsch, 1989).

Essas necessidades de registro durável surgiram e se desenvolveram em razão das exigências humanas de relações e contatos sociais mais amplos, advindo daí a necessidade de comunicação e registro para as quais a efemeridade da expressão oral não mais era suficiente” (Lima, 1995:54)

A partir desses estágios embrionários desenvolveram-se os sistemas pictográfico, ideográfico ou logográfico e alfabético. O sistema pictográfico foi verificado entre os Astecas como um sistema de desenhos ou pictogramas associados à imagem do que se representava e não ao som da fala. Numa fase historicamente posterior surge o sistema constituído de desenhos especiais para representar idéias. Esses desenhos especiais foram chamados de ideogramas ou logogramas, tendo sido encontrados no Egito, na Suméria e ainda hoje na China. A partir desses ideogramas desenvolveram-se letras, representando os sons da fala, cujo sistema veio a ser conhecido como alfabético. Dentre os mais difundidos, destacam-se o semítico, o indiano, o greco-latino. É deste último que se originou o nosso alfabeto (Cf. Cagliari, 1985).

Na história dos estudos lingüísticos, a concepção de língua ou mesmo de fala sempre tem se colocado em confronto com a escrita, seja para reconhecer uma vinculação entre essas atividades lingüísticas ou até mesmo para negar possíveis vinculações entre as mesmas. O próprio Saussure considera que

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única

razão de ser do segundo é representar o primeiro;... (Saussure, 1975:34).

Se o caráter empírico, a materialidade do som nos impressiona sensorialmente devido à sua fisicalidade, a despeito de sua durabilidade efêmera, mais ainda a escrita, pelos mesmos motivos materiais, acrescidos da durabilidade relativa do registro. Pois como assegura Saussure,

...a imagem gráfica das palavras nos impressiona como um objeto permanente e sólido, mais adequado do que o som para constituir a unidade da língua através dos tempos” (...) “Na maioria dos indivíduos, as impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras que as impressões acústicas;...

de modo que, apesar de a escrita ter surgido muito tempo depois da fala

...terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo.” (Saussure, 1975:34)

Concepções atuais acerca do fenômeno lingüístico não mais colocam a escrita como uma simples representação da língua oral mas consideram esses dois fatos como sistemas complementares porém diferentes.

A escrita e a linguagem oral são sistemas de representação e comunicação complementares, diferentes em sua estrutura e funcionamento. A mais evidente e central dessas funções é a da interlocução à distância, característica da escrita que supera os limites do tempo e o espaço, exigindo do escritor um jogo de pressuposições e representações para constituir uma audiência imaginada (Dietzsch, 1989:62)

Entretanto, se na fase inicial de sua invenção e utilização, a escrita alfabética se constituía como representação da língua oral,

permitindo estabelecer uma relação causal onde a segunda seria determinada pela primeira, a história do seu desenvolvimento conferiu-lhe uma autonomia relativa. Desse modo, e por outro lado, língua falada também tenta representar a escrita.

... a fala e a escrita são parcialmente isomórficas, mas que, na fase inicial, é a escrita que tenta representar a fala - o que faz de forma parcial - e, posteriormente, é a fala que procura simular a escrita, conseguindo-o também parcialmente (Kato, 1987:11).

Isto pareceu ter-se dado em virtude do prestígio inegável que a escrita tem adquirido na história. Mesmo Saussure já assinalava a importância adquirida pela escrita.

A língua literária aumenta ainda mais a importância imerecida da escrita. Possui seus dicionários, suas gramáticas; é conforme o livro que se ensina na escola. (Saussure, 1975:36).

O próprio caráter de durabilidade da escrita a depender, é claro, do suporte utilizado, permite a quase perpetuação do registro de informações, idéias, pensamentos, sentimentos, etc.. Se por um lado a invenção da escrita significou um avanço importantíssimo na vida da humanidade, por outro lado e em certa medida, constituiu-se em si mesma um fator de conservação, perenização. Isto porque ao promover a perenização e cristalização de certos aspectos da cultura só o faz sob a condição de ela própria também assim permanecer. Tanto isso é verdade que desde que foi inventada a escrita alfabética, segundo Gelb, citado por Kato,

...nenhuma inovação significativa ocorreu na história da escrita. (Kato, 1987:16)

E é justamente em função da existência da escrita que se estabelece a famosa distinção entre povos com e sem história, como se a história real, efetiva fosse, na essência, dependente do registro.

Tal distinção é claramente etnocêntrica, caráter discriminatório que tão marcadamente está presente nas atitudes de indivíduos, grupos e sociedades em relação a indivíduos, grupos e sociedades não letrados. E até mesmo em relação àqueles que se excluem da tentativa que historicamente se tem empreendido no sentido de a fala imitar a escrita.

Na esteira do etnocentrismo em geral, o eurocentrismo em especial, base ideológica histórica do colonialismo, é quem elege a escrita como marco de distinção entre história e pré-história, ou não-história, segundo Maurício Gnerre, para quem esta distinção foi

... a única contraposição conceitual que o pensamento europeu produziu com relação à escrita, quando não eram conhecidas na Europa alternativas ao sistema de escrita do tipo alfabético (Gnerre, 1985:26)

Na verdade, estudos e pesquisas sobre a escrita são relativamente recentes e dada a sua complexidade no sentido de envolver diferentes áreas de conhecimento têm se cruzados com interesses diversos, razão por que suas mais importantes contribuições foram produzidas em contexto, envolvendo desde a Filologia clássica, Antropologia, Psicologia, Lingüística, Sociologia, etc.. (Cf. Gnerre, 1985)

De fato, seu estudo, suas implicações e conseqüências constituem uma área de pesquisa tão complexa que é difícil uma definição de suas prioridades ou relevâncias para outras áreas de pesquisa. Além disso, seu campo de pesquisa pode se voltar para uma perspectiva mais técnica ou do tipo mais humorística.

Quanto ao primeiro caso, Gnerre responde que

... a escrita veio a ser o objeto de pesquisa nas últimas décadas devido a duas razões básicas: o aumento dos programas de alfabetização e de educação no mundo todo (como conseqüência de pressões de novas condições econômicas e políticas) por um lado e, por outro, a padronização escrita de muitas línguas até então sem tradição (Gnerre, 1985:29).

Gnerre observa ainda que

... a escrita e reflexão do impacto da escrita sobre as sociedades humanas, veio a ser um objeto de interesse quando ela, assim como praticada em moldes e formas tradicionais, parece ter já alcançado o seu apogeu e estar prestes a se tornar uma atividade obsoleta. Enquanto os centros importantes de decisões manipulam bilhões de dados e de informações através de toda uma série de novas tecnologias, a escrita tradicional vai perdendo lentamente a sua posição, antes exclusiva, - e, neste processo, torna-se aos poucos também um objeto de reflexão. (Gnerre, 1985:30).

Em resumo, quer-se com isso dizer que as modernas tecnologias, em especial no campo da informática, a computação gráfica, a multimídia, a TV interativa, etc., poderão acelerar a obsolescência da forma de escrita atual, pelo menos no mundo moderno. Contudo, o surgimento dessas modernas tecnologias até onde nos damos conta tem avançado sua difusão entre aqueles que já dominam a escrita e não temos ainda nenhuma indicação de que tenha contribuído como solução do analfabetismo até porque a alfabetização parece-nos constituir um pré-requisito para o acesso a essas tecnologias.

Apesar das observações acima sobre o caráter retardatário das reflexões acerca da escrita, recentes estudos sobre a aquisição da escrita, têm sido decisivos para o entendimento dos seus mecanismos operatórios em termos de aprendizagem e uso, conforme demonstram as pesquisas e estudos por Emília Ferreiro, Ana Teberosky, dentre outros. (Cf. Ferreiro, Teberosky e outros). São estudos fundados teoricamente sobretudo na Psicologia e Epistemologia Genética de Jean Piaget, conforme o seu já conhecido pressuposto de que a ontogênese repete a filogênese. Do mesmo modo que o indivíduo repete a história da espécie e o conhecimento individual repete a história da construção do conhecimento pela humanidade, também relativamente à escrita o processo obedeceria o mesmo esquema. Assim, o processo de aquisição da escrita pelo indivíduo repetiria o processo histórico desenvolvido

pela humanidade para a sua construção e desenvolvimento até o estágio atual.

Nesta perspectiva, a aquisição da escrita ocorreria segundo um processo cujas etapas principais vão desde a representação pictórica do mundo, passando pela etapa da escrita pré-silábica, silábica à alfabética propriamente. Nesse processo, no qual é de importância capital a motivação pessoal em um contexto social de uso efetivo da escrita, a criança representaria o mundo por meios de símbolos alfabéticos, num processo construtivo. Este processo seria a demonstração da construção da escrita pela criança tal qual realizada pela humanidade.

A importância desses estudos da escrita na pedagogia consiste em mostrar como as crianças constroem a escrita a partir de diferentes hipóteses sobre o sistema de escrita antes de chegar à escola. São hipóteses relativas à compreensão básica do sistema alfabético, sobre as quais o professor não tem domínio, a não ser que procure entendê-las a partir do contexto sócio-cultural em que foram construídas. Além do que a sua construção pela criança antes de ser uma atividade moldada pelo adulto, este para poder alcançar um nível de compreensão que lhe permita o acompanhamento sistemático terá que se colocar no mundo da criança, postura contrária àquela assumida tradicionalmente pela escola.

Outra consequência importante desses estudos tem sido a constatação da natureza da escrita que, ao contrário do que se acreditava até então, não constitui um código de transcrição gráfica da fala, de um modo automático. Mas é um sistema de representação do mundo, ou seja, uma forma de conhecer o mundo. Se o que falamos é uma representação do que fazemos, do que somos, da nossa visão do mundo, o que escrevemos também o é.

A investigação de seus usos efetivos, seus padrões de uso, suas diversas funções nos grupos sociais, segundo os processos comunicativos em que ocorrem, vem ocupando parte dos estudos da Sociolinguística. Esses estudos são particularmente importantes no sentido de promover reflexões sobre suas atitudes, expectativas e crenças que outros grupos étnicos, outras classes sociais podem ter sobre a escrita. Nada ou muito pouco se sabe a este respeito dessas

atitudes, expectativas e crenças de minorias, ou em certas sociedades, da maioria da população, que por se constituírem em classes desfavorecidas economicamente são privados do acesso a esse bem cultural tão desejável por esses grupos a despeito dessa dificuldade de obtenção.

Como se sabe, esses grupos ou classes são os que menos partilham dos benefícios da escrita, em especial, da escrita oficial, considerada a única legítima e, por conseguinte, a mais prestigiada. A padronização de que participam através do processo de alfabetização lhe é imposta como um tipo de "grafocentrismo", (cf. Gnerre, 1985) cujos modelos ou parâmetros de padronização ainda são aqueles compartilhados por uma minoria social, da qual aqueles não fazem parte.

De fato, a falta de um processo de reflexão sobre a alfabetização, como nos coloca Gnerre (1985), leva a escrita, enquanto uma atividade social compartilhada, resultado de interpretações sobre o mundo de um ou de uns poucos grupos sociais, a ser interpretada por outros que dela não compartilham, como uma técnica e um saber sobre a qual não possuem qualquer controle.

Estudos mais atuais sobre a escrita vêm sendo realizados numa perspectiva que a considera e a define na sua função social, reconhecendo o seu real sentido social, enquanto um ato concreto de comunicação, realizado por membros de comunidades, em processos de interação. É que a escrita era considerada preponderantemente na sua função referencial, ou seja, naquela função mais neutra, susceptível de isolar-se do ato comunicativo, dos seus componentes mais essenciais tais como os interlocutores, o contexto social, dentre outros.

Dentre esses estudos destacam-se aqueles sobre letramento, os quais incluem a escrita na sua dimensão social mais ampla, enquanto uma prática culturalmente significativa.

As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo o qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser em função dessa definição, apenas um tipo de prática - de fato,

dominante - que desenvolve alguns tipos de habilidades mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita” (Kleiman, 1995:19).

Segundo Ângela Kleiman, letramento é, pois,

...um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos “(Kleiman, 1995:19)

Dessa forma, a escrita ultrapassa os limites da escola, agência responsável pela sua concepção como sendo a única forma de letramento, associada a progresso, civilização e mobilidade social.

O modelo predominante na sociedade atual, ainda na ótica da alfabetização, e sua reprodução, sem grandes alterações, segundo Gee, citado por Kato (1987), data do século passado, com os primeiros movimentos de educação em massa. Esse modelo de letramento difundido pela escola, tem como preocupação central a aquisição de códigos (alfabético, numérico), abstraídos de seu contexto. No caso da escrita alfabética esta seria totalmente dissociada da oralidade. Tal forma de letramento constitui, pois, o protótipo do modelo de letramento autônomo.

Mas letramento, contudo, também está associado com outras práticas de escrita socialmente contextualizadas. São práticas de letramento sociais e culturais de grupos determinados. Constituem, pois, o modelo de letramento ideológico, que ao contrário do modelo autônomo que abstrai todo e qualquer elemento do contexto e do processo comunicativo e social em que a escrita foi produzida, esse pressupõe e investiga as interfaces entre a escrita e a oralidade.

Se a escrita é considerada uma atividade com regras próprias e exclusivas, independente do contexto específico em que é produzida, ela poderá dar surgimento, logicamente, a textos abstratos se os autores desses textos nada têm a ver com essa escrita enquanto uma prática social. Isso porque sendo a escrita uma atividade lingüística, sua construção será sempre social, a despeito de sua consideração isolada.

individualizada. Por isso que a sua estrutura mesmo que intrínseca, aquela que logicamente se considera como específica, própria dessa manifestação sempre se associará a alguma realidade social, a elementos dessa realidade que são exatamente aqueles elementos da qual resultou e com base nos quais se construiu enquanto prática social.

Portanto, considerando, porém, a escrita uma prática social e culturalmente determinada, sua aquisição será sempre com referência ao contexto em que essa escrita se realiza em vista das relações sociais efetivas da qual resulta e que, certamente, ajuda a estabelecer.

A aprendizagem da escrita, nessa perspectiva, ainda que de uma maneira formal, será em função dos processos sociais e culturais que a geraram, dos seus usuários, do seu contexto sócio-cultural e para atender, de início pelo menos, às necessidades concretas em função das quais, num dado momento da história da humanidade, ela foi inventada.

Se existe uma relação ou melhor uma interface com a oralidade, essa relação e seu sentido social dependerão mais da sua concepção sócio-cultural do que de determinações exteriores à realidade social da qual é própria.

É neste sentido que acreditamos que o ensino da escrita seria um processo mais democrático se nele se compartilhassem as crenças, os valores e expectativas próprias da comunidade ou grupo social onde tal processo se instaura, incluindo-se aí as intuições e os conhecimentos preexistentes acerca das atividades lingüísticas em geral e da atividade de escrita em especial. A adoção dessa atitude pela escola, longe de diminuir o prestígio da escrita oficial que reproduz, tornaria mais eficiente essa reprodução enquanto um estágio posterior de aprendizagem de regras adicionais para escrever, seu verdadeiro poder de expressão se afirmaria em razão da satisfação de usuários em representar um mundo do qual participam e que, de alguma forma valorizam.

Todo indivíduo que conhece, por exemplo, o meio fotográfico de expressão, mesmo sem conhecer precisamente os seus mecanismos de produção, e tendo que com ela lidar de alguma forma, desejará em seguida ver uma fotografia do seu próprio mundo, como uma

representação do seu mundo e até de si mesmo. A língua, seja na sua manifestação oral ou escrita, sem dúvida alguma, alcançaria o grau de desejabilidade de sua produção, mesmo numa variedade diferente daquela que seus falantes utilizam no dia a dia, se como a fotografia essa produção lingüística dissesse respeito ou se relacionasse com aspectos de seu mundo que em última instância são mundo e aspectos que lhe dizem respeito tal qual a fotografia. A situação lingüística ainda é mais marcante em relação à fotografia porque a despeito de ser mais complexo fotografar-se a si mesmo, em razão da confusão entre sujeito e objeto, no caso da língua, o usuário possui todas as condições para produzi-la mas é na maioria dos casos impedido por outros de fazê-lo por conveniências alheias à atividade em si.

E a representação desse mundo não se faz somente através da escrita, nem a partir dela, mas também através dela. Independente da escrita ser de uma natureza diferente ou parcialmente isomórfica da oralidade, como já nos referimos, constitui, ao lado da oralidade, forma lingüística de representar o mundo porque o constituem socialmente, enquanto meio, enquanto parte e enquanto resultado. O mundo que vivemos é um mundo em que oralidade e escrita são significativas com maior ou menor intensidade. Não nos parece que essas atividades se excluam, nem se sobreponham mas muito mais se complementem enquanto atividades relativamente indispensáveis ao mundo que temos e no qual vivemos por que a partir delas também o construímos. Dizer que a oralidade por ser mais susceptível da efemeridade seja menos importante que a escrita é negar o relativo sentido sócio-cultural que cada uma dessas atividades tem em cada mundo que representa e constitui. Não se tem notícia de que qualquer usuário de escrita, mesmo um escritor profissional, para se dedicar ao ato de escrever, de representar o mundo real, de construir mundos mesmo imaginários através da escrita, tenha deixado de falar, ou mesmo abandonado algumas de suas formas de fala. Igualmente não se tem notícia de qualquer usuário da fala, por mais esmerado e habilidoso que seja na sua utilização, por mais eloqüentes que tenha sido na oratória tenha se eximido do ato de escrever.

Ao contrário dessas especulações o que se sabe é que o bom

escritor nunca abandonará sua expressão oral, nem tão pouco o orador abandonará sua atividade de escrita. O prestígio de uma sobre a outra não parece estar ligado à eficácia comunicativa eventualmente demonstrada através de sua utilização mas às atitudes preconceituosamente etnocêntricas daqueles que querem a todo custo produzir e manter idéias, pensamentos, sentimentos propícios à sua visão e interesses próprios e dos grupos sociais, econômicos e políticos que representam.

Língua, fala e escrita em si não são nada. Mas ao mesmo tempo são tudo; tudo aquilo que fazemos delas e tudo aquilo que elas fazem de nós.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. (1979). *A favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BENVENISTE, Émile. (1988). *Problemas de lingüística Geral I*. 2ª ed. Campinas, Pontes/EDUNICAMP.
- BOURDIEU, Pierre et. al. (1975). *El oficio del sociólogo*. Buenos Aires, Siglo Veinteuno.
- BOURDIEU, P. (1989) *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- BRIGHT, William (1974). "As dimensões da sociolinguística". In. FONSECA, Maria Stella V. e NEVES, Moema F. (orgs.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro, Eldorado.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. (1989). *Alfabetização & lingüística*. São Paulo, Scipione.
- COSTA, José Inácio da. (1985). "Índio", "cabôco-brabo", "cabra-do-Canto": nomes manipulações e identidades numa comunidade rural do Piauí. *Dissertação de Mestrado*. Florianópolis, UFSC.
- COSTA, C. de Sena. (1995). A perspectiva interdisciplinar no Curso de Mestrado em Educação. Teresina, UFPI-Curso de Mestrado em Educação.
- COSTA, J. I. da. (1995) Durkheim, Lèvi-Strauss e a Antropologia. - *Textos de Aula*. Teresina, UFPI-DEFI.
- FERREIRO, Emília (1989). *Reflexões sobre alfabetização*. 14ª ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados.

- GNERRE, Maurício. (1985). *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes.
- KATO, Mary A. (1987). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2ª ed. São Paulo, Ática.
- KLEIMAN, Angela B. (1995). "Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola". In. KLEIMAN, Angela B. (org.) *Os significados do letramento*. Campinas, Mercado das Letras.
- LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa (1995). Os usos cotidianos da escrita e as implicações educacionais. *Dissertação de Mestrado*. Teresina, Centro de Ciências da Educação/UFPI
- LYONS, John. (1979). *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo, Nacional/EdUSP.
- MAUSS, Marcel. (1974). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP.
- PETERFALVI, Jean-Michel. (1973). *Introdução à psicolinguística*. Cultrix. São Paulo.
- PRIDE, J. B. (1976). "Sociolingüística". In. LYONS, John (org.). *Novos horizontes em lingüística*. São Paulo, Cultrix/EdUSP.
- SAUSSURE, F. (1975) *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix.
- SOARES, M.. (1989) *linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo.
- TEBEROSKY, Ana. (1993). *Pedagogia da linguagem escrita*. 5ª Ed.. Campinas/ Petrópolis, EDUNICAMP/ Vozes.